

Audiência pública debate a greve dos servidores da educação e aponta possíveis caminhos para atender necessidades da categoria

Nesta terça-feira (2), em audiência pública no plenário da Câmara Municipal de Campina Grande, foi debatida a greve dos servidores municipais da educação, com a presença dos parlamentares da casa, de organizações representativas da classe, e de integrantes do poder executivo. A propositura foi da vereadora Jô Oliveira, com o objetivo de debater as problemáticas relacionadas à educação municipal e o retorno às aulas nesse contexto de pandemia.

Estiveram na audiência pública, integrantes do Sindicato dos Trabalhadores Públicos Municipais do Agreste e Borborema (Sintab), que apresentaram suas demandas enquanto classe trabalhadora; e representando o poder executivo, participaram da discussão o procurador geral do município, Aécio Melo; o secretário municipal de educação, Raymundo Asfora Neto; o secretário de saúde do município, Filipe Reul; e a secretária municipal de ciência e tecnologia, Larissa Almeida. Além disso, também integraram o debate os deputados estaduais Chió e Anísio Maia.

Na oportunidade, foram apresentadas as reivindicações e as demandas dos servidores e servidoras, com a dificuldade de realização das aulas remotas e o risco à saúde se houver um retorno de forma presencial; e também houve a apresentação do ponto de vista do executivo, através dos representantes presentes, que destacaram que a vacinação desses profissionais, nessa primeira fase, depende também de uma

alteração no plano de imunização a nível nacional e estadual, e que estão buscando esse diálogo. Também foram citadas as dificuldades enfrentadas pela gestão nesse momento de pandemia.

Como destacou a vereadora Jô Oliveira, o cenário de pandemia alterou todas as atividades e toda a rotina da sociedade, e é importante discutir as problemáticas da educação dentro dessa nova realidade que enfrentamos.

“Temos uma série de problemáticas que envolvem a pauta da educação, porque todos e todas tivemos nossa rotina e nossa vida alterada, em todas as áreas, e é importante que a gente discuta as problemáticas da educação dentro desse contexto. Temos a necessidade de continuar com as ações de educação, de ensino-aprendizagem, mas também precisamos debater com os e as profissionais de ensino sobre suas demandas, para que possamos chegar a um denominador comum”, destacou a vereadora.

Através da discussão, alguns indicativos foram apontados como possíveis soluções para o impasse, como a importância do chefe do executivo, o prefeito Bruno Cunha Lima, receber os representantes do Sintab para o diálogo; a necessidade de que a merenda escolar, tão importante para garantir a alimentação de muitos estudantes, possa ser oferecida às famílias, mesmo durante às aulas remotas; e que haja ainda a regulamentação da lei do 14º salário dos profissionais da educação.

Ainda foi indicada a importância dos vereadores e vereadoras conhecerem de perto a realidade estrutural de algumas escolas do município, o que pode ser uma demanda assumida pela comissão de educação da CMCG.

Representantes do Sintab também apontaram a possibilidade de que as aulas remotas possam ser transmitidas em TV aberta, através da estrutura da TV Assembleia, por exemplo, facilitando o acesso dos estudantes que tem dificuldades de conexão à internet. Além disso, também foi sugerido que a

secretária de educação pudesse oferecer um suporte aos professores que precisam gravar as aulas para o sistema de ensino remoto, com estrutura e profissionais que pudessem auxiliar na produção e edição dos vídeos.

Além dos representantes, órgãos e secretarias já citados, também participaram da audiência, representações dos movimentos estudantis, como o DCE da UFCG, a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a Federação Nacional das Escolas Técnicas; da Associação dos Docentes da Universidade Estadual da Paraíba (Aduebp); da Central Única dos Trabalhadores (CUT); Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB); Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação do Estado (SINTEP); Sindicato dos Trabalhadores Privados, Religiosos, Beneficentes, Filantrópicos de Ensino do Agreste e da Borborema (SINTENP); Conselho Municipal de Saúde e Conselho Municipal de Educação.

*****Conteúdo de responsabilidade da Assessoria**